

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A ALFABETIZAÇÃO

Rosana Ferreira Alves (UESB)

alzana70@yahoo.com.br

Juvanete Ferreira Alves Brito (UESB)

juvanete.alves@uesb.edu.br

RESUMO:

O artigo apresenta os fundamentos teóricos que sustentam a alfabetização contemporânea, discutindo as contribuições da perspectiva histórico-cultural, da Psicogênese da Língua Escrita e dos estudos do letramento para a aprendizagem da leitura e da escrita. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, fundamentada em Vygotsky (2007), Ferreiro e Teberosky (1984), Freire (1989), Kleiman (2005), Soares (2016; 2017; 2020), Morais (2012), dentre outros. A análise evidencia que a alfabetização deve ser compreendida como uma etapa complexa que envolve dimensões linguísticas, cognitivas, culturais e sociais, ultrapassando a aprendizagem do sistema de escrita alfabética. Conclui-se que a alfabetização deve ser concebida como um processo complexo, interdisciplinar e socialmente situado, que exige práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas e articuladas às experiências culturais dos estudantes.

Palavras-chave:

Alfabetização. Letramento. Ensino da leitura e da escrita.

ABSTRACT:

This article presents the theoretical foundations underpinning contemporary literacy education, discussing the contributions of the historical-cultural perspective, the Psychogenesis of Written Language, and literacy studies to the learning of reading and writing. It is a bibliographic study with a qualitative and descriptive approach, grounded in the works of Vygotsky (2007), Ferreiro and Teberosky (1984), Freire (1989), Kleiman (2005), Soares (2016; 2017; 2020), and Morais (2012). The analysis demonstrates that literacy should be understood as a complex process involving linguistic, cognitive, cultural, and social dimensions, extending beyond the acquisition of the alphabetic writing system. It is concluded that literacy must be conceived as a complex, interdisciplinary, and socially situated process that requires pedagogical practices grounded in scientific evidence and articulated with students' cultural experiences.

Keywords:

Literacies. Literacy. Reading and Writing Instruction.

1. Introdução

A alfabetização representa uma das etapas mais significativas da escolarização, constituindo condição indispensável para a participação dos indivíduos nas práticas sociais mediadas pela linguagem escrita. Embora o acesso à educação básica tenha sido ampliado nas últimas décadas, avaliações

nacionais continuam evidenciando dificuldades persistentes na aprendizagem da leitura e da escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Durante muito tempo, alfabetizar foi entendido como ensinar a codificar e decodificar palavras por meio da associação entre letras e sons. Entretanto, os avanços das pesquisas em Linguística, Psicologia Cognitiva, Psicologia Histórico-Cultural, Psicogênese da Escrita e Estudos do Letramento demonstraram que aprender a ler e escrever envolve processos cognitivos, linguísticos, culturais e sociais muito mais complexos do que a simples memorização das correspondências grafema-fonema. Nesse contexto, torna-se necessário compreender a alfabetização como um fenômeno multidimensional, no qual aspectos biológicos, cognitivos, linguísticos, afetivos e socioculturais interagem continuamente durante a construção do conhecimento escrito.

Este artigo objetiva apresentar uma revisão teórica acerca das principais contribuições que fundamentam a alfabetização contemporânea.

2. *A alfabetização como construção histórica*

Os métodos de alfabetização acompanharam as transformações da própria concepção de linguagem e aprendizagem. Historicamente, prevaleceram métodos sintéticos, analíticos e mistos, centrados principalmente na memorização de letras, sílabas e palavras. Segundo Mortatti (2006), a história da alfabetização brasileira revela sucessivas mudanças metodológicas influenciadas pelos diferentes paradigmas científicos e educacionais vigentes em cada época.

Na segunda metade do século XX, especialmente após a divulgação das pesquisas de Ferreiro e Teberosky (1984), ocorreu uma profunda mudança na compreensão da aprendizagem da escrita. O foco deixou de ser exclusivamente o método para concentrar-se nos processos cognitivos desenvolvidos pela criança durante a construção do sistema alfabético. Paralelamente, os estudos de Freire (1989) ampliaram o entendimento da alfabetização ao defender que aprender a ler significa também aprender a interpretar criticamente a realidade.

3. *A perspectiva histórico-cultural*

A perspectiva histórico-cultural, desenvolvida por Vygotsky (2007), compreende o desenvolvimento humano como um processo social e histórico, constituído nas interações estabelecidas entre os sujeitos e o meio cultural. Nessa abordagem, a aprendizagem não é entendida como resultado ex-

clusivo da maturação biológica, mas como um processo mediado socialmente, no qual os conhecimentos produzidos historicamente são apropriados pelos indivíduos por meio da linguagem e das relações sociais (Vygotsky, 2007). A linguagem ocupa papel central nesse processo, constituindo-se como principal instrumento de mediação do pensamento e da construção do conhecimento. Por meio das interações com adultos e pares mais experientes, a criança internaliza conceitos, valores, formas de agir e modos de utilização da escrita presentes em sua cultura. Assim, a alfabetização não se restringe à aquisição de habilidades técnicas de codificação e decodificação, mas representa a inserção do sujeito nas práticas sociais de leitura e escrita.

Um conceito fundamental dessa perspectiva é o de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), definida como a distância entre aquilo que a criança consegue realizar de forma autônoma e o que é capaz de fazer com a mediação de um adulto ou de colegas mais experientes (Vygotsky, 2007). No contexto da alfabetização, cabe ao professor organizar situações de aprendizagem, oferecer orientações, propor desafios e criar condições para que os estudantes avancem em seus conhecimentos sobre a linguagem escrita.

Vygotsky (2007) também destaca que a escrita constitui um instrumento cultural complexo, capaz de reorganizar os processos psicológicos superiores, como memória, atenção, pensamento abstrato e planejamento. Nesse sentido, aprender a ler e a escrever implica apropriar-se de um sistema simbólico historicamente construído, que amplia as possibilidades de comunicação, reflexão e participação social.

As contribuições da perspectiva histórico-cultural fundamentam práticas pedagógicas que valorizam a interação, o diálogo, a colaboração e a mediação docente, reconhecendo a alfabetização como um processo social, cultural e discursivo. Dessa forma, o ensino da leitura e da escrita deve promover experiências significativas de uso da linguagem, articulando a aprendizagem do sistema de escrita às práticas sociais em que a cultura escrita se manifesta.

4. A Psicogênese da Língua Escrita

A Psicogênese da Língua Escrita, desenvolvida por Ferreiro e Teberosky (1984), representa um marco nos estudos da alfabetização ao demonstrar que a criança constrói conhecimentos sobre a escrita antes mesmo de ingressar no ensino formal. Fundamentadas na epistemologia genética de Jean Piaget, as autoras investigaram como as crianças elaboram hipóteses para compreender o funcionamento do sistema de escrita, evidenciando que a aprendizagem constitui um processo ativo de construção do conhecimento,

e não uma simples memorização de letras, sílabas ou palavras (Ferreiro; Teberosky, 1984).

As contribuições de Piaget foram decisivas para essa perspectiva ao defender que o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio da interação entre o sujeito e o objeto de conhecimento. A criança não recebe passivamente as informações do meio; ela as organiza, interpreta e reconstrói por meio de processos de assimilação, acomodação e equilíbrio, elaborando hipóteses progressivamente mais complexas sobre a realidade (Cf. Piaget, 1976). Essa concepção atribui ao aprendiz papel ativo na construção do conhecimento e rompe com modelos baseados exclusivamente na transmissão de conteúdos.

Aplicando esses pressupostos à alfabetização, Ferreiro e Teberosky compreenderam a escrita como um objeto de conhecimento que a criança procura compreender progressivamente. Suas investigações identificaram diferentes níveis de conceitualização – pré-silábico, silábico, silábico-alfabético e alfabético – entendidos como formas de pensamento construídas pela criança durante a apropriação do sistema de escrita, e não como etapas rígidas, homogêneas ou universais.

No nível pré-silábico, a criança reconhece a função representativa da escrita, mas ainda não estabelece uma relação sistemática entre as letras e os sons da fala, podendo utilizar letras, pseudoletas e diferentes combinações gráficas. No nível silábico, passa a relacionar a escrita à oralidade e formula a hipótese de que cada sílaba pode ser representada por uma letra. No nível silábico-alfabético, começa a compreender que as sílabas são constituídas por unidades sonoras menores e passa a representar alguns desses segmentos. Finalmente, no nível alfabético, compreende que as unidades sonoras da fala podem ser representadas graficamente, embora ainda possa apresentar dificuldades relacionadas às convenções ortográficas.

Uma contribuição central da Psicogênese consiste na valorização das produções não convencionais das crianças. O chamado “erro” deixa de ser compreendido simplesmente como falha, desatenção ou incapacidade e passa a ser analisado como manifestação das hipóteses que a criança formula sobre o funcionamento da escrita. As produções infantis, portanto, constituem importantes evidências do processo de construção do conhecimento. Cabe ao professor observar essas produções, compreender a lógica que as sustenta e propor situações de leitura, escrita, comparação e reflexão capazes de favorecer novas reorganizações conceituais.

Essa perspectiva modificou significativamente o olhar sobre a alfabetização ao deslocar o foco dos métodos de ensino para os processos de aprendizagem. Entretanto, os níveis de conceitualização não devem ser utili-

zados como classificações fixas nem compreendidos como suficientes para explicar toda a complexidade da alfabetização. A apropriação da escrita envolve dimensões cognitivas, linguísticas, sociais, culturais e pedagógicas. Estudos posteriores, especialmente os relacionados à consciência fonológica, às relações fonema-grafema e ao ensino explícito do sistema de escrita alfabética, ampliaram a compreensão desse processo.

Nesse sentido, reconhecer a criança como sujeito ativo não significa prescindir da intervenção docente. Ao contrário, o professor exerce papel fundamental na organização de situações didáticas que possibilitem a reflexão sobre os sons da fala, as letras, as palavras e as regularidades do sistema de escrita, articulando a construção ativa do conhecimento ao ensino sistemático e às práticas sociais de leitura e escrita.

Assim, a principal contribuição de Ferreiro e Teberosky consiste em demonstrar que a criança pensa sobre a escrita, formula hipóteses, testa suas explicações e as reorganiza continuamente. Os níveis de conceitualização constituem, portanto, referências importantes para que o professor compreenda o pensamento infantil e planeje intervenções pedagógicas adequadas, sem transformar essas categorias em rótulos ou etapas rígidas.

5. Alfabetização e letramento

Os estudos sobre alfabetização passaram por importantes transformações nas últimas décadas, especialmente com a incorporação do conceito de letramento às discussões educacionais. Essa ampliação permitiu compreender que aprender a ler e escrever não se limita à aquisição do sistema de escrita alfabética, mas envolve também a participação dos sujeitos em práticas sociais mediadas pela linguagem escrita. Nesse sentido, alfabetização e letramento constituem processos distintos, porém complementares, cuja articulação é indispensável para a formação de leitores e escritores capazes de atuar de maneira crítica e autônoma em diferentes contextos socioculturais (Soares, 2017; 2020).

5.1. Diferenças conceituais entre alfabetização e letramento

A distinção entre alfabetização e letramento foi amplamente sistematizada por Magda Soares, que define alfabetização como o processo de apropriação do sistema de escrita alfabética, envolvendo a compreensão das relações entre fonemas e grafemas, o domínio das convenções ortográficas e o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita. Já o letramento refere-se às práticas sociais que utilizam a leitura e a escrita em diferentes situações

comunicativas, permitindo ao indivíduo participar de forma efetiva da vida social, cultural, acadêmica e profissional (Soares, 2016; 2017; 2018).

Embora distintos do ponto de vista conceitual, esses processos são interdependentes. Soares (2020) argumenta que alfabetizar e letrar devem ocorrer simultaneamente, uma vez que a aprendizagem do sistema de escrita adquire significado quando inserida em situações reais de uso da linguagem. A autora sintetiza essa concepção no conceito de ALFALETRAR, que propõe a integração entre o ensino das correspondências fonema-grafema e a participação dos estudantes em práticas autênticas de leitura e produção textual. Essa perspectiva rompe com modelos pedagógicos centrados exclusivamente na decodificação e reafirma que o ensino da língua escrita deve favorecer tanto o domínio do código quanto a construção de competências discursivas e comunicativas.

5.2. Letramentos sociais

Os estudos de Brian Street (2014) representam um marco na consolidação da perspectiva sociocultural do letramento. Ao criticar a concepção denominada modelo autônomo, segundo a qual a escrita produziria automaticamente desenvolvimento cognitivo e progresso social, Street propõe o modelo ideológico, que compreende o letramento como prática social situada, historicamente construída e influenciada por relações culturais, políticas e econômicas. Nessa ótica, não existe um único letramento, mas diversos letramentos, relacionados aos diferentes contextos em que a leitura e a escrita são utilizadas. Cada comunidade desenvolve práticas específicas de produção e interpretação de textos, atribuindo significados próprios à linguagem escrita. Assim, compreender os letramentos implica reconhecer a diversidade cultural, linguística e social presente nos espaços educativos.

No panorama nacional, Kleiman (2005) amplia essa discussão ao compreender o letramento como conjunto de práticas sociais que utilizam a escrita em diferentes esferas da vida cotidiana. Para a autora, a escola deve aproximar o ensino das práticas reais de leitura e escrita, valorizando os conhecimentos prévios dos estudantes e promovendo situações significativas de uso da linguagem.

Rojo (2009) contribui para esse debate ao enfatizar que as transformações tecnológicas e culturais ampliaram as formas de produção e circulação dos textos, exigindo o desenvolvimento de multiletramentos. Segundo a autora, a escola contemporânea precisa contemplar diferentes linguagens, mídias, gêneros discursivos e formas de comunicação, preparando os estudantes para atuar criticamente em uma sociedade caracterizada pela diversi-

dade cultural e pela presença das tecnologias digitais. Por conseguinte, os estudos sobre letramentos sociais ampliam a compreensão da alfabetização ao reconhecer que aprender a ler e escrever significa participar de múltiplas práticas de linguagem, ultrapassando os limites do espaço escolar.

5.3. Práticas de leitura e escrita

As práticas de leitura e escrita constituem o principal espaço de articulação entre alfabetização e letramento. Por esse ângulo, a aprendizagem da língua escrita deve ocorrer por meio da interação com textos reais, pertencentes aos diferentes gêneros discursivos presentes na vida social, como narrativas, notícias, cartas, receitas, poemas, textos científicos, documentos, mensagens digitais e produções multimodais.

Soares (2020) destaca que a alfabetização torna-se mais significativa quando as crianças aprendem o funcionamento do sistema de escrita em situações autênticas de leitura e produção textual. O trabalho pedagógico deve favorecer o contato cotidiano com livros, jornais, revistas, histórias, textos digitais e demais materiais escritos, possibilitando que os estudantes compreendam as funções sociais da escrita e desenvolvam estratégias de leitura e produção textual.

Kleiman (2005) ressalta que as práticas escolares precisam dialogar com os eventos de letramento vivenciados pelos estudantes em seus contextos familiares, comunitários e culturais. Essa aproximação fortalece a aprendizagem, valoriza diferentes experiências de linguagem e amplia as possibilidades de participação dos sujeitos nas práticas sociais da escrita. Complementando essa perspectiva, Rojo (2009) argumenta que as práticas pedagógicas devem incorporar os multiletramentos, explorando diferentes linguagens, mídias e tecnologias digitais. O uso de recursos multimodais, ambientes virtuais, hipertextos, vídeos, infográficos e plataformas colaborativas amplia as possibilidades de construção de sentidos e aproxima a escola das formas contemporâneas de comunicação.

Conforme o exposto até então, alfabetização e letramento constituem dimensões indissociáveis da educação linguística. Enquanto a alfabetização assegura a compreensão do sistema de escrita alfabética, o letramento promove a inserção dos sujeitos em práticas sociais de leitura e escrita. A articulação entre esses processos favorece a formação de leitores e escritores críticos, capazes de compreender, produzir e interpretar textos em diferentes contextos culturais, contribuindo para o exercício da cidadania e para a participação ativa na sociedade contemporânea.

As discussões contemporâneas sobre alfabetização evidenciam que a qualidade das aprendizagens está diretamente relacionada à formação dos professores. A complexidade dos processos de aquisição da leitura e da escrita exige profissionais capazes de articular conhecimentos linguísticos, psicológicos, pedagógicos e socioculturais, compreendendo a alfabetização como um fenômeno multidimensional. Nesse contexto, a formação docente assume papel estratégico na implementação de práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas e comprometidas com a aprendizagem significativa dos estudantes.

6. As contribuições das neurociências para entender Alfabetização

Nas últimas décadas, os avanços das neurociências cognitivas têm ampliado significativamente a compreensão dos processos cerebrais envolvidos na aprendizagem da leitura e da escrita. Utilizando técnicas de neuroimagem, como a ressonância magnética funcional (fMRI), a eletroencefalografia (EEG) e a magnetoencefalografia (MEG), pesquisadores passaram a identificar as áreas cerebrais ativadas durante o processamento da linguagem escrita, oferecendo importantes contribuições para o entendimento dos mecanismos cognitivos da alfabetização (Dehaene, 2012).

Entre os principais estudiosos dessa área destaca-se Stanislas Dehaene (2012), que propõe a teoria da reciclagem neuronal (*neuronal recycling*). Segundo o autor, o cérebro humano não evoluiu biologicamente para a leitura, uma invenção cultural relativamente recente na história da humanidade. Para aprender a ler, o cérebro reorganiza circuitos neurais originalmente destinados ao reconhecimento visual de objetos e faces, especialmente uma região localizada na porção occípito-temporal esquerda, denominada Área da Forma Visual das Palavras (*Visual Word Form Area – VWFA*). Esse processo de reorganização neuronal permite que estímulos gráficos sejam rapidamente reconhecidos e associados aos sons e aos significados das palavras.

As pesquisas de Dehaene evidenciam ainda que a aprendizagem da leitura modifica estruturalmente o funcionamento cerebral, fortalecendo as conexões entre áreas responsáveis pelo processamento visual, fonológico, semântico e articulatório. À medida que a criança se alfabetiza, o reconhecimento das palavras torna-se progressivamente automático, liberando recursos cognitivos para processos de compreensão textual, inferência e reflexão crítica.

Outra contribuição relevante provém dos estudos de Moraes (2013), que demonstram a importância da consciência fonológica para a aprendizagem do sistema alfabético de escrita. Segundo o autor, aprender a ler em

sistemas alfabéticos exige que a criança compreenda que as palavras faladas podem ser segmentadas em unidades menores – sílabas, rimas e, sobretudo, fonemas – e que essas unidades sonoras são representadas por grafemas. Essa descoberta, denominada princípio alfabético, constitui um dos principais desafios cognitivos da alfabetização.

Morais destaca que a consciência fonêmica não surge espontaneamente em grande parte das crianças, sendo favorecida por práticas pedagógicas intencionais que desenvolvam habilidades de análise e manipulação dos sons da fala. Associada ao ensino sistemático das correspondências entre fonemas e grafemas, essa competência favorece a decodificação eficiente das palavras e contribui para a formação da fluência leitora, condição indispensável para a compreensão dos textos.

Entretanto, as evidências das neurociências não devem ser interpretadas como defesa de um ensino exclusivamente centrado na decodificação. A leitura constitui uma atividade complexa que envolve, além do reconhecimento das palavras, conhecimentos linguísticos, semânticos, sintáticos, discursivos, culturais e sociais. Assim, o ensino explícito do sistema de escrita alfabética precisa estar articulado a práticas significativas de leitura, produção textual e letramento, possibilitando que os estudantes compreendam as funções sociais da escrita e utilizem-na em diferentes contextos comunicativos.

Nesse sentido, as contribuições das neurociências complementam, e não substituem, os referenciais da perspectiva histórico-cultural, da Psicogênese da Língua Escrita e dos estudos do letramento. Enquanto esses enfoques explicam a dimensão social, cultural e cognitiva da aprendizagem, as neurociências esclarecem os mecanismos neurais que tornam possível a aquisição da leitura e da escrita. A integração desses conhecimentos favorece uma compreensão mais abrangente da alfabetização, subsidiando práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas e comprometidas com a aprendizagem de todos os estudantes.

Essa abordagem dialoga com a perspectiva defendida por Magda Soares (2020), segundo a qual a alfabetização requer tanto o ensino sistemático do sistema alfabético quanto a inserção dos estudantes em práticas sociais de leitura e escrita, integrando conhecimentos linguísticos, cognitivos, culturais e sociais.

7. A alfabetização na perspectiva contemporânea

Atualmente, observa-se uma aproximação entre diferentes campos científicos. A alfabetização contemporânea reconhece simultaneamente:

- ✓ a importância da mediação social;
- ✓ a construção ativa do conhecimento pela criança;
- ✓ o desenvolvimento da consciência fonológica;
- ✓ a aprendizagem explícita do sistema alfabético;
- ✓ a participação em práticas reais de leitura e escrita.

Essa perspectiva integradora supera antigas dicotomias entre métodos tradicionais e construtivistas, defendendo práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas.

7.1.A alfabetização na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017 e publicada pelo Ministério da Educação em 2018, constitui o documento normativo que orienta a organização dos currículos da Educação Básica brasileira. No componente curricular de Língua Portuguesa, a BNCC apresenta uma concepção de alfabetização fundamentada na integração entre a aprendizagem do sistema de escrita alfabética e o desenvolvimento das práticas sociais de leitura, escrita e oralidade, reafirmando a alfabetização como um direito de aprendizagem de todas as crianças (Brasil, 2018).

Conforme a BNCC, no processo de alfabetização:

[...] é preciso que os estudantes conheçam o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura – processos que visam a que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, consiga “codificar e decodificar” os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras), o que envolve o desenvolvimento de uma consciência fonológica (dos fonemas do português do Brasil e de sua organização em segmentos sonoros maiores como sílabas e palavras) e o conhecimento do alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos (letras imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas), além do estabelecimento de relações grafofônicas entre esses dois sistemas de materialização da língua. (Brasil, 2018, p. 90)

Considerando essa ótica, o documento compreende a alfabetização como um processo sistemático de apropriação do sistema de escrita alfabética, que envolve o conhecimento das relações entre fonemas e grafemas, o desenvolvimento da consciência fonológica, a compreensão do princípio alfabético, a decodificação, a codificação e o progressivo domínio das convenções ortográficas. Entretanto, a BNCC destaca que essas aprendizagens não devem ocorrer de forma isolada ou mecânica, mas articuladas às práticas

reais de uso da linguagem, permitindo que os estudantes atribuam sentido à leitura e à escrita desde o início da escolarização.

Um dos aspectos mais relevantes da proposta é a organização do ensino de Língua Portuguesa a partir de quatro eixos integrados: Oralidade, Leitura/Escuta, Produção de Textos e Análise Linguística/Semiótica. Essa estrutura rompe com abordagens fragmentadas do ensino da língua e favorece o desenvolvimento das diferentes competências linguísticas de forma articulada, possibilitando que os estudantes utilizem a linguagem em variadas situações comunicativas. Outro ponto de destaque é a valorização da continuidade entre a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental. A BNCC reconhece que as experiências vivenciadas pelas crianças antes da escolarização formal contribuem para a construção de conhecimentos sobre a linguagem escrita, cabendo à escola ampliar essas experiências por meio de práticas pedagógicas planejadas e sistemáticas.

Em se tratando do trabalho docente, o documento não prescreve um método específico de alfabetização, mas enfatiza a importância da mediação pedagógica, do planejamento intencional e da utilização de diferentes gêneros textuais em contextos significativos de aprendizagem. O professor é compreendido como responsável por organizar situações didáticas que favoreçam a reflexão sobre o funcionamento da língua escrita, o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita e a participação ativa dos estudantes nas práticas sociais de linguagem.

Embora a BNCC utilize predominantemente o termo alfabetização, sua concepção aproxima-se das discussões sobre letramento desenvolvidas por Magda Soares (2016; 2020), ao defender que a aprendizagem do sistema de escrita deve ocorrer em situações concretas de uso da linguagem. Dessa forma, o documento reconhece que alfabetizar implica não apenas ensinar o código escrito, mas também promover a inserção dos estudantes na cultura escrita, favorecendo a formação de leitores e escritores competentes, críticos e socialmente participativos. Em síntese, a BNCC apresenta uma concepção de alfabetização que articula conhecimentos linguísticos, cognitivos, sociais e culturais, orientando práticas pedagógicas comprometidas com o desenvolvimento integral dos estudantes. Ao enfatizar a aprendizagem significativa da leitura e da escrita, a valorização das práticas sociais de linguagem e o protagonismo docente na mediação da aprendizagem, o documento fortalece uma perspectiva de alfabetização alinhada aos desafios da educação contemporânea e à garantia do direito de aprender de todas as crianças. Como observação acadêmica, vale destacar que a BNCC não utiliza o conceito de “alfaletrar”, formulado por Magda Soares, embora sua proposta dialogue com essa perspectiva ao integrar a aprendizagem do sistema de escrita às

práticas sociais de leitura e escrita. Essa distinção é importante para manter rigor conceitual em artigos científicos.

8. Considerações finais

A alfabetização constitui um fenômeno complexo que ultrapassa o ensino das relações entre letras e sons, envolvendo dimensões cognitivas, linguísticas, sociais, culturais e afetivas. As contribuições de Vygotsky, Ferreiro e Teberosky, Freire, Kleiman, Soares, Moraes e Dehaene demonstram que diferentes perspectivas teóricas são necessárias para compreender a aprendizagem da leitura e da escrita em sua amplitude.

Uma proposta contemporânea de alfabetização deve articular o ensino sistemático do Sistema de Escrita Alfabética, o desenvolvimento da consciência fonológica, a mediação pedagógica e a participação dos estudantes em práticas sociais significativas de leitura e escrita. Essa abordagem supera a oposição entre alfabetização e letramento, compreendendo que aprender a ler e escrever envolve tanto a apropriação do sistema gráfico quanto a inserção nas práticas culturais da linguagem. Além disso, torna-se fundamental considerar a diversidade dos sujeitos e promover práticas inclusivas, fundamentadas em evidências científicas e comprometidas com o direito de todos à alfabetização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.
- DEHAENE, Stanislas. *Os neurônios da leitura: como a ciência explica a nossa capacidade de ler*. Porto Alegre: Penso, 2012.
- FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artmed, 1984.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- MORAIS, Artur Gomes de. *Consciência fonológica na educação infantil e no ciclo de alfabetização*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *História dos métodos de alfabetização no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

PIAGET, Jean. *A equilibração das estruturas cognitivas: problema central do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

KLEIMAN, Angela B. *Preciso “ensinar” o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2005.

ROJO, Roxane. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola, 2009.

SOARES, Magda. *Alfabetização: a questão dos métodos*. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. *LETRAMENTO: um tema em três gêneros*. 3. ed. 4ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

_____. *Alfabetização e Letramento*. 7. ed., 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2018.

_____. *Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever*. São Paulo: Contexto, 2020.

STREET, Brian V. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. Trad. de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.